



Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara - CE
Agente de Tributos

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de Texto	1
Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta.....	4
Estrutura textual: progressão temática.....	15
parágrafo	15
frase, oração, período, enunciado.....	16
pontuação.....	21
coesão e coerência	25
Ortografia.....	29
Significados das palavras – Sinônimos, Antônimos, Parônimos e Homônimos; Denotação e Conotação	28
Pontuação	29
Acentuação Gráfica.....	29
emprego do sinal indicativo de crase	31
Flexão do substantivo.....	32
Figuras de linguagem.....	35
Emprego dos Pronomes.....	40
Regência nominal e verbal.....	42
Concordância nominal e verbal.....	45
Variedade linguística	47
formalidade e informalidade. formas de tratamento.....	48
propriedade lexical	52
adequação comunicativa.....	53
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	54
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	56
Exercícios.....	61
Gabarito.....	80

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Jijoca de Jericoacora - CE	1
Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Jijoca de Jericoacora-CE.....	99
Exercícios	160
Gabarito.....	167

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código Tributário do Município.....	1
Constituição Federal (Art. 145 ao Art.152, Art. 156).....	1
Noções de Direito Constitucional	14
Noções de Direito Administrativo.....	16
Administração pública: princípios básicos.....	21
Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	28
Serviços Públicos: conceito e princípios	38
Atos administrativos: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.....	56
Contratos administrativos: conceito e características; Lei Federal nº 14.133/21	73
Noções de informática básica	169
Exercícios	174
Gabarito.....	180

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.



Conhecimentos Específicos

Para que o Estado alcance seus objetivos em conformidade com o que está estabelecido em sua Constituição, é essencial que dois de seus setores governamentais operem de maneira integrada: a tributação e o orçamento.

A tributação é a ação exercida pelo “Estado-fisco” sobre os bens do indivíduo, seja ele uma pessoa física ou jurídica. Consiste na contribuição que o indivíduo faz para que a sociedade como um todo possa desfrutar da proteção e dos serviços oferecidos pelo Estado. O Código Tributário Nacional define tributo como:

Art. 3 “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Conforme o jurista Celso Ribeiro Bastos, “o tributo é uma prestação pecuniária que o Estado, ou o ente público autorizado por ele, exige dos sujeitos econômicos submetidos à soberania territorial”.

A partir deste conceito e da definição apresentada no CTN, é evidente que, de um lado, o Estado necessita de recursos financeiros e os obtém dos seus contribuintes, enquanto, do outro lado, as pessoas demandam serviços públicos e são compelidas, geralmente em dinheiro, a pagar os tributos estabelecidos por lei.

Os tributos arrecadados pelo Estado são essenciais para que ele possa alcançar os objetivos anteriormente mencionados neste texto. No entanto, isso só se torna viável mediante o controle da arrecadação e o planejamento adequado para a utilização desses recursos. É neste ponto que o Orçamento se torna fundamental, pois representa um instrumento crucial para o planejamento e execução das finanças públicas.

Desta forma, para Celso Ribeiro Bastos, “o Orçamento é uma peça contábil que faz, de uma parte, uma previsão de despesas a serem realizadas pelo Estado e, de outra parte, o autoriza a efetuar a cobrança, sobretudo de impostos e também de outras fontes de recursos”.

Desse modo, a tributação e o orçamento são componentes interdependentes que colaboram em conjunto para o funcionamento eficaz de um Estado. Para além de uma receita robusta e um sistema tributário sólido, é fundamental estabelecer diretrizes orçamentárias e metas claras a serem alcançadas. Essa integração entre tributação e orçamento permite que o Estado direcione de forma eficiente seus recursos para cumprir seus objetivos e atender às necessidades da sociedade.

Tributação - Sistema Tributário Nacional

Conforme discutido anteriormente, a tributação é o mecanismo pelo qual o Estado, atuando como agente fiscal, demanda dos cidadãos uma contribuição financeira, com o intuito de viabilizar a capacidade da máquina estatal em fornecer os serviços públicos essenciais para uma convivência social digna e segura.

O Sistema Tributário Nacional encontra-se parcialmente positivado na Constituição de 1988, no Título VI, Capítulo I, que abrange os artigos 145 a 162. Além disso, os artigos 194 e 195 tratam especificamente das contribuições para a seguridade social, fornecendo um arcabouço legal abrangente para a tributação no país.

O conjunto de normas que regulam a cobrança de tributos no território nacional vem positivado nos artigos 145, 148 e 149 da Constituição Federal, sendo detalhado no Código Tributário Nacional.

Tanto a Constituição Federal quanto o Código Tributário Nacional sistematizam os tributos de acordo com a base econômica, organizando e distribuindo-os conforme o poder tributário atribuído à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.